

Governo pretende acelerar entendimento com credores

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O governo deslança nas próximas semanas uma verdadeira ofensiva no "front" externo, com o objetivo de acelerar o processo de entendimento com os vários credores internacionais. Neste fim de semana, uma missão técnica brasileira chefiada pelo secretário nacional de Planejamento, Pedro Pullen Parente, viaja a Washington, onde tratará de explicar aos economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) os detalhes da proposta de rolagem da dívida dos estados e municípios e as medidas tributárias aprovadas pelo Congresso Nacional em dezembro.

Parente estará acompanhado do diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Pedro Luiz Bodin de Moraes, do chefe do Departamento Econômico (Depec) do BC, Carlos Eduardo de Freitas, e do assessor para assuntos da dívida pública do Ministério da Economia, Fábio Barbosa. "O objetivo é prestar ao FMI os esclarecimentos necessários sobre a rolagem da dívida dos estados, como por exemplo o processo da troca de lastro (a dívida mobiliária estadual será "trocada" por papel do Tesouro Nacional pelo prazo de 20 anos, com vencimentos em 80 parces-



Francisco Gros

las trimestrais)", explicou ontem a este jornal o diretor de Política Monetária do BC.

A missão ficará à disposição do FMI para esclarecer demais dúvidas que possam surgir às vésperas da apreciação definitiva do "board" de diretores da instituição que deverá dar uma resposta ao pedido de acordo do tipo "stand by", apresentado pelo Brasil, possivelmente na reunião prevista para o dia 22 deste mês. O governo brasileiro pretende receber do Fundo o apoio financeiro da ordem de US\$ 2 bilhões, com desembolsos trimestrais já a partir deste mês, para sustentar um programa de ajuste pelo prazo de 20 meses.

Enquanto Parente acerta

com o FMI os detalhes finais do acordo, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, estará se encontrando com o negociador da dívida externa, Pedro Malan, e com o diretor da Área Internacional do BC, Arminio Fraga Neto, em Londres, nesta próxima segunda-feira, onde manterão contatos com o governador do Banco da Inglaterra (o banco central inglês) e com o ministro das Finanças britânico antes de viajarem na terça-feira para Paris com a finalidade de acertarem com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, os princípios básicos e a data para o início do processo de negociações da dívida assumida junto a credores oficiais.

São US\$ 22 bilhões, dos quais cerca de US\$ 1,5 bilhão envolve juros vencidos este ano, que o Brasil quer refinarçar a longo prazo de modo a aliviar os pagamentos com as agências oficiais de financiamento referentes a contratos firmados até 31 de março de 1983. Trichet já sabe que o governo brasileiro descartou definitivamente a hipótese de pedir um abatimento no valor da dívida contraída junto a governos (como fez a Polônia), mas como compensação quer incluir na reestruturação todos os vencimentos, somando principal e juros

atrasados até dezembro de 1992, além do valor do principal a vencer a partir de 1993.

Há uma expectativa junto ao governo brasileiro no sentido de que o processo de negociação com o fórum do Clube de Paris, se inicie em torno do dia 23 de fevereiro, mas justamente a definição da data oficial é assunto a ser tratado na visita que Gros e Malan farão a Trichet, programada em princípio para o dia 14. Também está prevista audiência com o Presidente do Banco da França e com o Ministro das Finanças Francês.

No dia 15, o Presidente do BC, Malan e Fraga Neto darão início em Washington a uma rodada de encontros que inclui o Presidente do Federal Reserve Board (FED) — o banco central norte-americano —, com representantes do Tesouro dos Estados Unidos, do Eximbank, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em Washington, a equipe encabeçada por Gros se junta à missão brasileira que já estará na capital dos Estados Unidos desde segunda-feira, dia 13, para tirar as últimas dúvidas técnicas do "staff" do FMI.

Os contratos com representantes de três países credores, com participação de peso no "board do FMI, não têm apenas o objetivo de influenciar positivamente na decisão sobre o acordo do tipo "stand by" pleiteado pelo Brasil, mas também procura amarrar a necessidade de o País obter condições satisfatórias de financiamento junto ao Clube de Paris. Com os bancos credores privados as negociações sofreram uma desaceleração a partir de novembro em função da expectativa com respeito à posição final do FMI sobre o Brasil. O negociador Pedro Malan tem trabalhado na contraproposta que pretende levar ao comitê de bancos, em Nova York, em reunião que em princípio, está prevista para ocorrer dentro de 15 dias.

Este jornal apurou ontem que o governo ficou de certo modo decepcionado com a última contraproposta apresentada pelos bancos credores, em dezembro, e que avançou muito pouco com relação ao que já estava na mesa de negociações. Os bancos querem receber uma parcela de pelo menos 20% dos juros vencidos em 1991 e que ficaram retidos no BC. Os demais 50% dos juros do ano passado que o Brasil não pagou poderão ser refinanciados na forma de um novo bônus, à semelhança do acerto fechado para os juros devido até dezembro de 1990.